



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/12/2012

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Almir Paraca, Pompílio Canavez e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.910, 3.929, 3.962, 3.988 e 3.989/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Almir Paraca, Pompílio Canavez e Ulysses Gomes em que solicitam seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça pedido de providências para promover medidas judiciais e administrativas, inclusive eventual termo de ajustamento de conduta, junto ao Governo do Estado, com vistas a garantir a aplicação integral dos recursos do Fhidro em suas destinações legais, repasse e apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Almir Paraca, Pompílio Canavez, Ulysses Gome e Antônio Carlos Arantes em que solicitam seja encaminhado ao Governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag -, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Advocacia-Geral do Estado pedido de informações sobre os motivos e o embasamento legal do contingenciamento de recursos do Fhidro; seja encaminhado ao Governador do Estado, à Seplag, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Advocacia-Geral do Estado pedido de providências para o fim do contingenciamento de recursos do Fhidro; seja encaminhado à Seplag pedido de informações detalhadas sobre o edital do Fhidro para o exercício de 2013, incluindo valores e suas respectivas destinações, conforme consolidado a partir de expedientes remetidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e pelo Instituto Mineiro de Gestão de Águas; seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, com a presença de representantes da Semad, do Igam, da Seplag, da AGE, do Ministério Público Estadual, integrantes da Frente Parlamentar em Defesa das Águas da Assembleia Legislativa do Estado e dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado com o objetivo de dar prosseguimento aos debates iniciados na audiência pública realizada em 4/12/2012, no Teatro da Assembleia Legislativa, na qual foram debatidas as dificuldades enfrentadas pelos Comitês de Bacia, em especial a irregularidade temporal no repasse de recursos do Fhidro, esclarecendo, para tanto, que o presente requerimento foi apresentado por solicitação da coordenação do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas; seja encaminhado ao Ministério de Minas e Energia, à Agência Nacional das Águas e à empresa Furnas Centrais Elétricas pedido de informações sobre o atual nível do reservatório de Furnas em Minas Gerais e a relação entre os diversos tipos de uso das suas águas e o uso para geração de energia, tendo em vista o estágio preocupante no nível atual do mencionado reservatório; seja encaminhado à Seplag e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o saldo atual do Fhidro, o montante já



aplicado, o montante aprovado e aguardando assinatura de convênio, bem como o local onde os recursos serão aplicados e os projetos que já foram contemplados; seja realizada visita da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização ao Governador do Estado, com a presença de representantes do Ministério Público Estadual, Fiemg, Faemg, Semad, Igam, integrantes da Frente Parlamentar em Defesa das Águas da Assembleia Legislativa e dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado, para tratar das dificuldades enfrentadas pelos Comitês, sobretudo em função dos atrasos no repasse e no contingenciamento dos recursos do Fhidro; do Deputado Anselmo José Domingos em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater o Projeto de Lei nº 3.078/2012, de autoria do Governador do Estado, que "dispõe sobre a gestão unificada da função pública de interesse comum de uso do solo urbano metropolitano do Estado de Minas Gerais e dá outras providências"; dos Deputados Pompílio Canavez e Paulo Lamac em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a gestão unificada da função pública de interesse comum de uso do solo urbano metropolitano do Estado de Minas Gerais; da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a criação da Região Metropolitana do Triângulo Mineiro; do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e com a Comissão de Turismo, Comércio e Cooperativismo, para conhecer o novo Sistema de Transporte sobre Trilhos de abrangência metropolitana na RMBH, a ser operado por parceria público-privada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2012.

Almir Paraca, Presidente - Maria Tereza Lara - Hélio Gomes.

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/12/2012

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, André Quintão, Glaycon Franco, Gustavo Valadares, e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Luiz Henrique, pelo BTR), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.629 e 3.644/2012 (Deputado Glaycon Franco); 3.630, 3.638, 3.639 e 3.646/2012 (Deputado Luiz Henrique); 3.627, 3.632, 3.633, 3.641 e 3.647/2012 e Projeto de Lei Complementar nº 32 e 33/2012. (Deputado Gustavo Valadares); 3.636, 3.637 e 3.648/2012 (Deputada Rosângela Reis); e 3.640, 3.642, 3.643 e 3.645/2012 (Deputado André Quintão). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 33/2012, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Gustavo Valadares. Retira-se da reunião o Deputado Gustavo Valadares. O Projeto de Lei nº 3.311/2012 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado André Quintão, aprovado pela Comissão. Registra-se a presença do Deputado Luiz Henrique. Retira-se da reunião o Deputado Duarte Bechir. É convertido em diligência à Secretaria de Estado de Educação o Projeto de Lei nº 1.596/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, é aprovado o parecer concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.691/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Luiz Henrique). Registra-se a presença do Deputado Gustavo Valadares. Após discussão e votação, é aprovado o parecer concluindo pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.725/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.819/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); e 2.402/2011, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Glaycon Franco, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 3.620/2012 é retirado de pauta por determinação do Presidente, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Retira-se da reunião o Deputado Gustavo Valadares. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 3.015, 3.484, 3.502, 3.613/2012 (relator: Deputado Glaycon Franco, os três primeiros em virtude de redistribuição); 3.597, 3.598/2012 (relator: Deputado André Quintão); 3.605/2012 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 3.610/2012 é retirado de pauta por determinação do Presidente por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 3.595, 3.596 e 3.599/2012; à Casa Civil e Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 3.622/2012; e ao Procurador-Geral de Justiça o Projeto de Lei nº 3.615/2012. É recebido o requerimento do Deputado André Quintão em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça para discutir o Projeto de Lei nº 3.311/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta sessão legislativa.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2012.

Sebastião Costa, Presidente - Glaycon Franco - Duarte Bechir - Gustavo Valadares - André Quintão.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/3/2013

Às 9h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Arlen Santiago, Doutor Wilson Batista e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Pompílio Canavez, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar as matérias constantes na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Amaury Costa Inácio da Silva, Superintendente do Centro de Referência Estadual em Álcool e outras drogas, da Secretaria de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.721/2012, da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack, em que solicita seja encaminhado à Subsecretaria de Política sobre drogas pedido de providências para que seja realizado o tratamento de Adriana Linhares, residente em Belo Horizonte, dependente de álcool e outras drogas, (publicado no “Diário do Legislativo”, em 2/2/2013); do Sr. Rogério Avelar, Prefeito Municipal de Lagoa Santa e Presidente da GRANBEL, encaminhando exemplar do “guia municipal de saúde”, (publicado no “Diário do Legislativo” em 16/2/2013); do Sr. Francisco Antônio Tavares Júnior, Secretário Adjunto de Saúde, prestando informações relativas ao requerimento nº 3.784/2012, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de informações sobre a possível substituição da equipe de profissionais contratados pela Fhemig que há nove anos presta assistência respiratória domiciliar a portadores de distrofia muscular em tratamento no hospital Júlia Kubitschek, (publicado no “Diário do Legislativo” em 16/2/2013); da Sra. Jacqueline Miriam Maciel Junqueira, secretária executiva do Comitê Temático de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, da Secretaria-Geral da Governadoria do Estado, encaminhando cópias do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável 2012/2030, (publicado no “Diário do Legislativo”, em 22/02/2013); do Sr. Júlio César dos Santos Esteves, Secretário de Casa Civil em exercício (5) prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.376/2012, da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para agilizar a implantação de CAPS AD III no Município de Montes Claros, conforme previsto na Resolução SES – MG 3205, de 2012, (publicado no “Diário do Legislativo” em 22/12/2012); do Sr. Omilton Visconde Junior, Presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo, encaminhando estudo sobre a arrecadação fiscal no Brasil no período de 2005 a 2011, realizado por economistas da PUC de São Paulo por encomenda desse sindicato, (publicado no “Diário do Legislativo” em 21/12/2012”); da mesa diretora do Conselho Estadual de Saúde encaminhando à Comissão de Saúde, carta denúncia de tortura psicológica sofrida por dois dirigentes sindicais; da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.941/2012, da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nº s 248, 1.133, 1.322 e 1.967/2011 em 1º turno, por motivo de redistribuição; 3.134 e 3.589/2012 em turno único (Deputado Pompílio Canavez); Projetos de Lei nº s 701, 1.219, 1.823, 2.007/2011 por motivo de redistribuição e 2.832/2012 em 1º turno (Deputado Doutor Wilson Batista); Projeto de Lei nºs 802, 935, 1.259, 2.131 e 2.276/2011 em 1º Turno, por motivo de redistribuição e 3.455/2012 em turno único (Deputado Carlos Pimenta); Projeto de Lei nº s 903, 1.139, 1.819, 2.263 e 2.733/2011 em 1º turno, por motivo de redistribuição, e 3.502/2012 em turno único (Deputado Arlen Santiago). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.635/2011 (relator: Deputado Doutor Wilson Batista) na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e 3.359/2012 (relator: Deputado Doutor Wilson Batista) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.189/2012 e 4.211/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Neste ínterim, a Presidência suspende à reunião. Reabertos os trabalhos, comparecem os Deputados Carlos Mosconi, Celinho do Sintrocél, Carlos Pimenta, Arlen Santiago e Doutor Wilson Batista. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Pompílio Canavez em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde, no Município de Uberlândia, a fim de coletar assinaturas do Programa Assine + Saúde; do Deputado Gustavo Valadares em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para discutir a descentralização das atividades de saúde do Estado possibilitando a criação de uma Gerência Regional de Saúde para atender aos municípios da área de influência da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí; do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde com o objetivo de discutir o atendimento aos portadores de esclerose múltipla; do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde com a finalidade de discutir a Gestão Hospitalar na Fhemig; do Deputado Arlen Santiago (4) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Saúde a fim de debater com o Secretário de Estado de Saúde e sua assessoria o novo PRO-HOSP lançado em 23/2/2013 pelo Governador do Estado e a Secretaria de Estado de Saúde; solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde, em conjunto com a Comissão de Educação, para discutir a qualidade dos cursos de medicina em MG e o possível aumento das escolas de medicina no Estado; solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Saúde para ouvir a Presidente do Ipsemg, bem como o Diretor de Saúde para discorrerem a respeito dos tratamentos oncológicos feitos por esta instituição. Requer ainda, que se informe a não implantação de técnicas de rádio Tridimensional Conformada em outras tabelas do Ipsemg; solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde com o Secretário-Geral da Presidência da República a respeito do anúncio que a Presidente Dilma Rousseff fez autorizando o BNDES a emprestar recursos para as Santas Casas e Hospitais Filantrópicos como forma de diminuição dos juros cobrados hoje pela Caixa Econômica Federal se comparados ao BNDES; do Deputado Carlos Pimenta em que solicita seja realizada visita da Comissão de



Saúde à Secretaria de Estado de Saúde com a finalidade de discutir a situação financeira de hospitais localizados em Municípios de médio porte não beneficiados pelo PRO-HOSP; da Deputada Liza Prado em que solicita seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Saúde para que forneça esclarecimentos sobre os procedimentos e produtos utilizados nos hospitais públicos estaduais na realização de ressonância magnéticas e tomografias com a utilização de contraste; requer ainda, a suspensão e interdição cautelar no Estado das quatro marcas de soro e duas de gadolínio envolvidas nos exames fatídicos, em Campinas/SP; do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para discutir os altos índices de infestação de dengue em Municípios mineiros; do Deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada visita da Comissão de Saúde, em conjunto com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, à Universidade do Vale do Rio Verde - Unicor, localizada na Capital para verificação de sua infraestrutura; do Deputado Carlos Pimenta em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Secretário de Saúde pela edição da Deliberação CIB - SUS MG 1.351 que aprova o incentivo financeiro complementar para os Municípios beneficiados pelo programa estruturador Travessia, beneficiando 130 Municípios mineiros. O Presidente, Deputado Carlos Mosconi passa a palavra ao Deputado Pompílio Canavez para apreciar proposição de sua autoria, em que solicita seja realizada audiência pública na Comissão de Saúde, no Município de Nova Serrana para debater o fechamento da Fundação Hospitalar São Vicente de Paula. A Presidência recebe, para posterior aprovação, os requerimentos da Deputada Luzia Ferreira em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para conhecer o Programa Mães de Minas, em especial as políticas de prevenção e combate a mortalidade infantil e materna; da Deputada Luzia Ferreira e do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater a suspensão das internações no Hospital Regional Professor Osvaldo Franco, situado no Município de Betim, em face do surto provocado pela bactéria KPC; e do Deputado Adelmo Carneiro Leão e do Deputado Rogério Correia em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater e obter esclarecimentos relativos ao expressivo aumento de casos de dengue no Estado, bem como as medidas necessárias para o enfrentamento da epidemia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2013.

Carlos Mosconi, Presidente - Bonifácio Mourão - Ivair Nogueira - Gustavo Valadares.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.425, EM 7/3/2013

Às 15h36min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Antônio Carlos Arantes, Glaycon Franco e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Bosco, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Liza Prado. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.425, o relator, Deputado Antônio Carlos Arantes, retira o parecer apresentado anteriormente e apresenta outro em que conclui pela rejeição do veto. Após discussão e votação, é aprovado o parecer concluindo pela rejeição do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.425. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de março de 2013.

Maria Tereza Lara, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Duarte Bechir - Glaycon Franco.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 12/3/2013

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.



Votação do Requerimento nº 1.113/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita sejam encaminhados à Prodemge as notas taquigráficas da 30ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de informações sobre os resultados colhidos pelo Sistema de Registro Automático de Veículos no período 2005-2011, no que diz respeito aos serviços públicos disciplinados no art. 3º da Lei nº 18.037, de 12/1/2009. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.129/2011, do Deputado Sebastião Costa, que solicita a inserção nos anais da Casa de matéria veiculada no jornal "Estado de Minas" de 28/5/2011, intitulada "Renegociação Necessária", do Deputado Federal Eduardo Azeredo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.202/2011, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de informações sobre o processo administrativo instaurado contra o Sd. PM José Espínola Bittencourt Mendonça. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.343/2011, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao Comando da 15ª Cia. do 49º BPM pedido de informações, por meio de relatório mensal, sobre as ocorrências em sua área, de janeiro deste ano até a presente data, as quais não foram recebidas com celeridade pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.367/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana pedido de informações sobre a efetiva operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH -, cuja finalidade seria disponibilizar recursos financeiros para a execução de ações de desenvolvimento urbano nas áreas conurbadas da RMBH, sobretudo no campo da infraestrutura, tendo em vista o estado de carência de infraestrutura urbana no Bairro Castanheiras, localizado na divisa dos Municípios de Belo Horizonte e de Sabará. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.368/2011, da Comissão do Trabalho, que solicita seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros de Minas Gerais pedido de cópia do laudo técnico pericial que permitiu a liberação do alvará de funcionamento das empresas Atento, Alma, Viva, Master, Brasil, Contax e AeC, que atuam no setor de teleatendimento em Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.369/2011, da Comissão do Trabalho, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre os casos de cancelamento de contratos firmados entre o governo de Minas Gerais e empresas de teleatendimento nos últimos oito anos, em virtude de precárias condições de trabalho, e sobre o controle e a análise desse trabalho no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.370/2011, da Comissão do Trabalho, que solicita seja encaminhado ao Departamento Estadual de Telecomunicações pedido de cópia de relatório crítico da atuação das empresas de teleatendimento que se encontram em regular funcionamento no Estado nos últimos 24 meses. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.371/2011, da Comissão do Trabalho, que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de cópia de todos os contratos firmados entre essa empresa e empresas de teleatendimento nos últimos 24 meses. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.372/2011, da Comissão do Trabalho, que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de cópia de todos os contratos firmados entre essa empresa e empresas de teleatendimento nos últimos 24 meses. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.373/2011, da Comissão da Pessoa com Deficiência, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Governo pedido de informação sobre o número de profissionais formados em Libras nas Secretarias do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.401/2011, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de informações sobre a previsão de instalação de passarelas na MG-424. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.402/2011, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de informações sobre a previsão de instalação de passarelas na MG-424. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.403/2011, da Comissão de Segurança Pública, que solicita sejam encaminhados à Chefia da Polícia Civil as notas taquigráficas da 14ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de informações sobre as providências tomadas por essa Polícia em relação à apreensão de drogas realizada pela PMMG em 27/7/2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.404/2011, da Comissão de Minas e Energia, que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Jequitinhonha pedido de informações sobre a observância, por parte da Anglo American, no empreendimento denominado Projeto Minas-Rio, referente à lavra de minério de ferro no Município de Conceição do Mato Dentro, do plano diretor desse Município e sobre o respeito aos limites de unidades de conservação federais, estaduais e municipais na região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.407/2011, da Comissão de Minas e Energia, que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre a média mensal de cortes de energia realizados no Estado por falta de pagamento; sobre o perfil socioeconômico predominante das famílias que se encaixam nessa situação; sobre as regiões do Estado onde o corte por falta de pagamento é mais frequente; sobre o tempo médio para que as famílias regularizem sua situação e tenham a energia religada. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.451/2011, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Cultura e ao Iepha pedido de informações sobre as ações atualmente desenvolvidas pelo Poder Executivo estadual para garantir a eficácia do inscrito no inciso VI, art. 6º, da Lei nº 11.726, de 1994. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 1.454/2011, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de informações sobre o estudo técnico que estipulou as velocidades máximas e os nomes dos responsáveis pela instalação dos radares e das placas de sinalização na Rodovia MG-424. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.455/2011, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de informações sobre o estudo técnico que estipulou as velocidades máximas e os nomes dos responsáveis pela instalação dos radares e das placas de sinalização na Rodovia MG-424. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.465/2011, do Deputado Gilberto Abramo, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre os índices de violência contra a mulher e de "bullying" escolar nos últimos cinco anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.558/2011, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao Iepha-MG pedido de informações sobre o conteúdo da Nota Técnica DCR nº 007/2011, notadamente quanto à base legal para a emissão de tal parecer e os critérios utilizados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.596/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre as providências tomadas para a aplicação da Lei Federal nº 11.645, de 10/3/2008, na rede pública de ensino do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.600/2011, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado à Polícia Civil pedido de informações sobre inquéritos policiais que investiguem a prática de infanticídio entre os maxacalis no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.631/2011, da Comissão de Educação, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre a aplicação da Lei nº 9.401, de 1986. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.634/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico pedido de informações, com o cronograma físico, sobre as obras de construção de gasoduto entre os Municípios de São Carlos, Uberaba e Uberlândia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.682/2011, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de informações sobre a regulamentação da Lei nº 18.874, de 2010, e a implementação da Política de Atenção Integral à Saúde do Homem no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.683/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado ao Sistema Estadual de Meio Ambiente e à Secretaria de Governo pedido de informações para que enviem a relação dos Municípios que dispõem de órgãos exclusivos para gestão ambiental e dos que contam com Conselhos Municipais de Desenvolvimento Ambiental em funcionamento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.684/2011, da Comissão de Esporte, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes pedido para que informe se há projetos esportivos destinados aos centros de convivência para dependentes químicos ou previsão da implementação de tais projetos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.704/2011, da Comissão de Política Agropecuária, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Agricultura e ao Ima pedido de informações sobre eventuais empecilhos à imediata aplicação da Lei nº 19.583, de 2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.721/2011, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana pedido de providências para enviar relatório sobre o cumprimento das condicionantes e das obrigações estabelecidas no termo de ajustamento de conduta firmado entre essa Superintendência e a Ecosteel Indústria de Beneficiamento Ltda. em 23/9/2011, especialmente no que tange à cláusula segunda desse documento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.814/2011, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre os valores arrecadados a partir da instituição, pela Lei nº 14.938, de 2003, da Taxa de Incêndio e sobre a aplicação desses valores e pedido de providências com vistas a que ao fim de cada ano civil essa Comissão receba as informações ora solicitadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.816/2011, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre o cronograma de implantação da estação de tratamento de esgoto e de toda a rede coletora no Município de São Joaquim de Bicas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.817/2011, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar pedido de informações sobre quais foram os equipamentos adquiridos, ao fim de cada ano civil, após a criação da Taxa de Incêndio pela Lei nº 14.938, de 2003, ao fim de cada ano civil, e sobre os valores de cada um desses equipamentos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.819/2011, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a legalidade da cobrança pelo serviço de coleta e tratamento de esgoto no Município de São Joaquim de Bicas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.855/2011, da Comissão de Educação, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre quais medidas foram tomadas com relação ao ofício enviado por representantes dos Centros de Educação Continuada, em que solicitam um quadro de pessoal que assegure atendimento eficiente à comunidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 1.858/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita sejam encaminhados à Corregedoria da Secretaria de Desenvolvimento Social as notas taquigráficas da 58ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, os documentos que relatam denúncias de Agentes Penitenciários e pedido de informações sobre todos os casos de assédio moral e violação de direitos fundamentais neles relatados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.898/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral da PMMG pedido de informações sobre o andamento das investigações sobre as mortes e ameaças contra os servidores da área de segurança pública que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.911/2011, do Deputado Marques Abreu, que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os projetos em execução da Copasa-MG para a recuperação e o monitoramento da Lagoa da Pampulha, o montante e a fonte dos investimentos previstos e a fase atual das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.917/2011, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre o débito do Estado com a empresa Sitran - Sinalização de Trânsito Industrial Ltda. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.965/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Governo pedido de providências para que realize e envie a esta Casa um inventário das iniciativas descentralizadas dos Municípios na área de prevenção de desastres e de defesa civil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.966/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de informação sobre as perspectivas de retomada de trens urbanos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme proposta apresentada na 3ª Conferência Metropolitana da RMBH, bem como sobre o planejamento de investimento nesses trens em áreas de elevada concentração populacional, como Uberlândia e toda a região do Triângulo, do Alto Paranaíba e do Pontal. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.967/2011, da Comissão de Política Agropecuária, que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral do Iter-MG pedido de informações sobre as terras devolutas do Estado, com envio da relação de todas elas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Genilson Ribeiro Zeferino para o cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Sérgio Rodrigues Leonardo para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Vilma Tomaz para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz para compor o Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.425, que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona (Faixa constitucional). A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.512, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e as Leis nºs 14.699, de 6/8/2003, 14.941, de 29/12/2003, 16.318, de 11/8/2006, 17.615, de 4/7/2008, e 19.429, de 11/1/2001, e dá outras providências (Faixa constitucional). A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.549, que regulamenta a oferta do serviço de "couvert" no Estado e dá outras providências (Faixa constitucional). A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 12/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 242/2011, do Deputado Elismar Prado, 378/2011, do Deputado Célio Moreira, 1.026/2011, do Deputado Leonardo Moreira, e 1.674/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:



Requerimento nº 4.297/2013, da Deputada Liza Prado.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 34/2013, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 429/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.055/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.568/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.620/2011, da Deputada Rosângela Reis; 3.620/2012, do Deputado Duarte Bechir; 3.666/2012, 3.667/2012 e 3.681/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.688/2013, do Governador do Estado; 3.696/2013, do Deputado Alencar da Silveira Jr. e do Deputado Tiago Ulisses; 3.707/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.962/2012, do Deputado Ulysses Gomes; 3.098/2012, do Deputado Gustavo Valadares; 3.172/2012, do Deputado Paulo Guedes; 3.511/2012, do Deputado Inácio Franco; 3.550/2012, do Deputado Duílio de Castro; 3.610/2012, do Deputado José Henrique; 3.655/2012, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 3.657/2012, do Deputado Doutor Wilson Batista; 3.662/2012, do Deputado Bosco; 3.663/2012, do Deputado Inácio Franco; 3.671/2012, do Deputado Ulysses Gomes; 3.680/2012, do Deputado João Leite; 3.686/2013, 3.689/2013 e 3.691/2013, do Governador do Estado; 3.701/2013, do Deputado Arlen Santiago; 3.727/2013 e 3.729/2013, do Deputado Paulo Lamac; 3.734/2013, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.301/2013, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.825/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 4.065 e 4.111/2012, da Comissão de Participação Popular; 4.138, 4.186, 4.200, 4.217 e 4.218/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 4.245/2013, do Deputado Luiz Henrique; 4.261/2013, do Deputado Duarte Bechir; 4.295/2013, do Deputado Inácio Franco; 4.298 e 4.299/2013, da Deputada Liza Prado, e 4.303/2013, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.015/2012, do Deputado Carlos Mosconi, 4.169/2012, do Deputado Duarte Bechir, e 4.243/2013 e 4.244/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate sobre o Projeto de Lei nº 3.625/2012, do Governador do Estado, que institui a política de incentivo aos atletas e técnicos em atividade do desporto de rendimento.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 12/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Carlos Pimenta, João Leite, Paulo Lamac e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/3/2013, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 11 de março de 2013.

Luzia Ferreira, Presidente “ad hoc”.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 6/3/2013**

O Deputado Duilio de Castro - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo que nos acompanha pela TV Assembleia, é um prazer usar esta tribuna para falar sobre as reivindicações e necessidades dos Municípios no dia a dia. Estamos presenciando uma covardia com os Municípios de Minas Gerais por onde temos andado. Quando eu falo de covardia, falo principalmente da falta que faz uma reforma tributária no País. Falo a respeito da necessidade de se fazer tal reforma no País porque os Municípios já não aguentam mais conviver com a situação atual. Os impostos são arrecadados nos Municípios, é no Município que o cidadão paga os impostos, é lá que ele se esforça para cumprir com seu compromisso de brasileiro de custear o País.

É lá que precisamos fazer políticas públicas também. É o Município que tem de ser fortalecido. É aí que esperamos cheguem os recursos do pagamento dos impostos, mas não chegam, e esse é o maior problema. Aqui vemos muitas vezes a Oposição falar com uma satisfação muito grande de recursos da ordem de milhões, milhões e milhões que chegarão e estão chegando aos Municípios. Eu ando no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha, na região Central, e não vejo esses recursos chegarem. Quando falam de alguns programas, como o PAC, ficamos perguntando: que programa? Onde está o dinheiro do PAC? Onde está o dinheiro que não chega aos Municípios?

Hoje, quando votamos projeto de lei pelo qual o governo corrige uma das cláusulas para buscar recursos para investir dentro do Estado, para que o desenvolvimento chegue aos Municípios, vemos muitas vezes a Oposição falando de novos empréstimos, falando coisas que não são verdadeiras. A Oposição, que estava aqui hoje falando coisas que não são verdadeiras, é a mesma que queríamos que lutasse por esse dinheiro que foi oferecido e pregado nas campanhas do período eleitoral, que elegeu a Presidenta. É essa a Oposição que queríamos que defendesse que esse dinheiro chegasse aos Municípios. Os Municípios já não aguentam mais. Para terem uma ideia, os Municípios elegem seus Prefeitos e esses próprios Prefeitos com certeza vão para as ruas e mostram um plano de trabalho, uma proposta de trabalho, um plano de governo, e não conseguem colocar em prática porque não podem contar com o Fundo de Participação dos Municípios, porque muitas vezes ele altera, sobe e desce, à mercê de um governo. Os Municípios não podem contar com os recursos na área de saúde, pois muitas vezes, quando chegam, os Municípios têm que fazer uma contrapartida maior. Quando chega uma obra, tem de haver contrapartida do Município. Então, para tudo que se faz, o Município tem de pagar mais. E muito mais ainda está acontecendo e tem de ser discutido.

Nesses mesmos Municípios, muitas vezes os governantes, os administradores, os Prefeitos são eleitos e não têm condições de implementar o plano de trabalho que ofereceram durante as eleições. Mais ainda, vem a judicialização, vem o Judiciário, que muitas vezes quer fazer a função do Município. Essa judicialização tem de ser discutida. Há de se discutir essa falta de recursos, essa reforma tributária. Essa falta de recursos no Município pode ser suprida, sim, e temos de buscar esses debates não só da reforma tributária, como está sendo votado hoje. Esperamos que sejam votados os “royalties” do petróleo. Que isso seja um socorro para o Município, como o pacto federativo. Precisamos que isso venha à discussão porque é preciso que os recursos cheguem aos Municípios, pois é lá no final da fila que se fazem políticas públicas. É lá onde se pagam os impostos que é preciso que cheguem os recursos. Andamos pelo Norte de Minas, pelo Vale do Jequitinhonha, e vemos as necessidades das comunidades, cada vez mais precisando de recursos públicos, que não chegam. E quem detém a maior fatia do Orçamento, a maior fatia da arrecadação dos impostos é o governo federal, que às vezes parece que prepara a Caixa Econômica Federal para dificultar cada vez mais. Fala que chega, e muitas vezes não chega nada, e não acontecem as obras com os recursos públicos.

Então, acho que temos de propor essas discussões e mostrar às pessoas os debates que são feitos aqui dentro. Mostrar que muitas vezes o que é dito aqui na verdade não é o que acontece no fim da fila, nos Municípios. Isso precisa ser mostrado ao cidadão mineiro. E vamos mostrar nesta Casa, sim.

O Deputado Jayro Lessa (em aparte) - Deputado Duilio de Castro, gostaria de saber se V. Exa. está se referindo ao recurso que não chega ao interior e se esse recurso é federal ou estadual. A meu ver, o recurso federal tem chegado ao interior. No entanto, até agora não se descobriu o que o Governador Anastasia fez nesses dois anos. Se vamos a uma ou outra Secretaria e ao governo, vemos que retiraram todos os recursos. O que temos feito com o dinheiro em Minas Gerais? Essa é a questão.

Sou da base do governo, mas infelizmente o que tenho visto acontecer em Minas Gerais com o Governador Anastasia é algo muito triste. Os quatro anos de governo passarão, e todos nós não saberemos o que ele veio fazer durante esse período em Minas Gerais.



Vejo a base do governo defendê-lo fervorosamente - alguns Deputados como Gustavo Corrêa, Lafayette de Andrada e Bonifácio Mourão. Não sei como conseguem defendê-lo, pois não vejo nada acontecer em Minas Gerais. Por mais que eu queira e procure enxergar algo, só tenho o dissabor de não se conseguir nada. Se os Prefeitos vão a uma reunião com o governo, nada lhes é oferecido. Nenhuma das Secretarias tem dinheiro. O que o governo está fazendo com o dinheiro em Minas Gerais? Agora, quanto ao governo federal, vejo chegar às Prefeituras dinheiro da Funasa, dos Ministérios. No governo federal, há muito dinheiro. Apesar de todos os recursos que estão sendo aprovados nesta Casa, infelizmente não conseguimos nada para as Prefeituras do interior de Minas Gerais, a não ser que alguns Deputados consigam algum recurso. Nesses dois anos e poucos meses de mandato do Governador Anastasia, nada consegui ainda neste Estado.

O Deputado Bosco (em aparte)* - Caro Deputado Duilio de Castro, meu aparte será breve. Assim como V. Exa. e todos os pares desta Casa, participamos ontem e hoje pela manhã de um amplo debate em relação ao projeto que aprovamos aqui hoje, em 2º turno, autorizando o governo do Estado a buscar empréstimo junto ao Banco do Brasil e ao BNDES.

Ouvimos aqui inúmeras críticas. Acredito terem sido infundadas em relação ao governo do Estado de Minas Gerais. Deputado Duilio de Castro, o ideal seria que o governo de Minas não tivesse necessidade de buscar esses empréstimos. Além disso, que o nosso Estado tivesse recurso sobrando, sobretudo para investir nas obras estratégicas para seu crescimento. No entanto, lamentavelmente, sabemos que a realidade é diferente. Aliás, ao contrário. Essa é a realidade não só de Minas Gerais, mas também de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, ou seja, de todos os 26 Estados da Federação, que hoje estão com déficit, sem recurso para custear suas despesas e, principalmente, para investir nos setores estratégicos.

Por outro lado, Deputado, diferentemente dos outros Estados da Federação, Minas Gerais hoje é um Estado que tem sua estrutura administrativa enxuta, que faz com que ele busque esses empréstimos. Conforme disse, diferentemente dos outros Estados que não possuem as mesmas condições e o mesmo crédito de Minas Gerais.

Portanto, ter votado a favor do projeto de empréstimo significa ter votado favoravelmente aos mineiros, àqueles Municípios que estão esperando o programa Caminhos de Minas para a pavimentação das suas rodovias. Além disso, aos Municípios não só de Minas, que estão hoje com o pires nas mãos atrás do BDMG em busca de financiamento para investimentos. Deputados, se formos hoje ao BDMG, verificaremos isso. Na verdade, essa é uma triste realidade de Minas e do País.

Só vamos mudar com o novo pacto federativo, porque o que está aí está falido. V. Exa. disse muito bem, hoje se concentra 70% de tudo que se arrecada dos Municípios e dos Estados na União. Temos de mudar essa história, temos de descentralizar e dar autonomia aos Estados e Municípios, para que possam gerir os recursos gerados nos seus próprios Municípios e edificar as obras necessárias. Deixo, Deputado Duilio, a nossa ponderação, a nossa participação em favor do novo pacto federativo, independentemente do governo que esteja à frente da União. Essa é uma questão que vem se arrastando há décadas, mas que precisa ser resolvida independentemente da cor partidária do governo que está aí. O problema existe, e temos de encará-lo de frente.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Gostaria de saber se ainda há tempo. Solicitei também ao Deputado Fred Costa. Caso não tenha tempo, complementarei depois. Quero agradecer-lhe gentilmente. Gostaria de trazer ao Plenário que apresentei há pouco, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, três requerimentos que considero importantes para o andamento da Copa do Mundo em Belo Horizonte. O governo de Minas Gerais tem um protocolo da Copa do Mundo para cumprir com a Fifa e os governos federal e municipal.

Estou muito preocupado, Deputado Duilio de Castro, porque não vemos se está sendo resolvido em Belo Horizonte o que é de incumbência da Prefeitura deste Município. Ontem o Vereador Pablito, do PSDB, levou ao Plenário da Câmara a situação do BRT de Belo Horizonte. Aprofundi-me mais sobre o assunto, Deputada Ana Maria. As obras do BRT pararam. Trata-se de uma obra fundamental para a mobilidade urbana para a Copa do Mundo neste Município, para o cronograma que foi assinado para a Copa. Essa paralisação é bastante obscura, não sabemos o que está por trás dela. Assim, apresentei três requerimentos. No primeiro, solicitei audiência pública para que seja discutida por esta Casa, pela Câmara Municipal e pelos Deputados Federais, já que a Copa do Mundo é um projeto do Município, do Estado e da União, a paralisação dessa obra de infraestrutura urbana tão importante para a Copa do Mundo.

Apresentei outro requerimento para que sejam enviados documentos do Tribunal de Contas do Estado sobre o financiamento, porque há dinheiro público nas obras do BRT, que não foram concluídas, e para obter esclarecimento das empresas responsáveis por essas obras. Estranhamente foi retirada uma linha na região Noroeste, na Avenida Pedro II, uma das regiões mais populosas de Belo Horizonte. O Prefeito riscou no mapa esse trecho do BRT. As obras dos outros trechos pararam, e não sei por que motivo. Não sei se o problema é com as empresas, não sei quais são as empresas que estão tocando as obras do BRT em Belo Horizonte - das quais gostaria de saber o nome - e as paralisaram. Gostaria de saber também quanto já foi gasto de recursos públicos nas obras do BRT e se isso poderá comprometer o cronograma para a Copa do Mundo em Belo Horizonte. É muito estranho o que está ocorrendo com o BRT e essa paralisação das obras. Muito obrigado ao senhor e à Mesa pela tolerância.

O Deputado Duilio de Castro - Sr. Presidente, encerrando a minha fala, gostaria de agradecer-lhe a paciência. É fundamental deixar bem claro, nesta Casa, a importância dessas reformas, para que cheguem mais recursos àqueles que estão no final da fila. Voltaremos a discutir isso aqui. O Deputado Jayro Lessa falou da falta de recursos do Estado. Muitas vezes, é isso mesmo. É o que está acontecendo nos Estados e Municípios brasileiros: a falta de recursos, a falta de dinheiro para investir no desenvolvimento. Minas Gerais faz muito bem. O governo tem realizado um grande trabalho, por meio de eficiência no planejamento, usando o que tem para fazer o melhor para o povo mineiro.

Mas é preciso mais. Então cobraremos uma reforma tributária neste país. Cobraremos, sim, o pacto federativo, porque somos uma Federação. Cobraremos o que é de direito dos mineiros. Cobraremos o que pagamos de imposto para que esse recurso chegue aqui. Cabe a cada um de nós cobrar isso para que possamos abrir essa pauta de discussão em nível nacional. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.



O Deputado Elismar Prado* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e público que nos acompanha pela TV Assembleia, venho a esta tribuna para falar um pouco do início dos trabalhos legislativos desta Casa e da nossa atuação. Novamente, neste ano estarei na Presidência da Comissão de Cultura, dando continuação ao trabalho iniciado, e serei titular da Comissão de Educação. É muito oportuno dizer que, já que falamos de cultura, amanhã receberemos a visita ilustre da Marta Suplicy, nossa Ministra da Cultura, que estará na Escola Superior Dom Helder Câmara, em Belo Horizonte, a partir das 11 horas da manhã. Amanhã a Ministra Marta Suplicy se encontrará com lideranças do setor cultural e com as que compõem o Fórum Mineiro de Políticas Culturais. Esse fórum já trabalha em parceria com a Comissão de Cultura desta Assembleia, bem como com o Ministério da Cultura e com a Unesco.

Debatemos, no início dos nossos trabalhos na comissão, temas relevantes. Um deles, particularmente muito importante para mim, é a implementação da Lei nº 11.769, de 2008, que dispõe sobre o ensino de música em toda a rede de educação básica do País. É uma lei de minha autoria, da época em que fui Deputado Federal e membro titular da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Aprovamos essa lei, que torna obrigatório o ensino de música em todas as escolas do País, tanto da rede particular quanto da rede pública. Na oportunidade, fizemos um grande debate nesta Casa para iniciarmos esse processo. Depois aprovamos requerimento de minha autoria e percorremos todas as regiões do Estado de Minas Gerais para discutirmos a implementação da lei, suas dificuldades, e para nos reunirmos com Diretores de escolas, artistas, especialistas e educadores. Fizemos isso para provocar o Estado, pois ele é obrigado a cumprir essa legislação federal.

Infelizmente, Minas Gerais, que já não cumpre leis importantes como o Piso Nacional da Educação, ou seja, a lei do piso dos professores, que é outra relevante luta nossa, também não cumpre a lei do ensino de música nas escolas. Então fizemos debates em todas as regiões do Estado para provocá-lo. É urgente que o Estado envie a suas Superintendências Regionais de Ensino um plano com toda a metodologia a ser aplicada a fim de cumprir essa legislação. Isso será importante para melhorar a qualidade do nosso ensino. Essa é uma das questões que tratamos no âmbito da Comissão de Cultura. Aguardamos que o Estado, de fato, ofereça as condições necessárias para implementação da lei do ensino de música nas escolas, utilize os nossos conservatórios, as nossas faculdades e os cursos superiores de música a fim de capacitar professores e profissionais com formação na área de educação musical. Esse é um dos maiores desafios. Há projetos-piloto importantes em alguns Municípios, mas ainda estão muito aquém do cumprimento dessa lei.

Outra questão estruturante na nossa opinião é a implementação do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura em Minas Gerais. Percorremos todo o Estado orientando Prefeitos e gestores culturais dos Municípios para que tenham um CPF da cultura.

É o sistema, o plano, o fundo de política cultural, que a imensa maioria dos Municípios de Minas Gerais não possuem. Estão impedidos, inclusive, de receber recursos do Fundo Nacional de Cultura.

Então, depois de toda essa nossa caminhada pelas regiões do Estado, muitos Municípios já aderiram ao plano, assinaram o acordo com o Ministério da Cultura e estão criando os procedimentos para se inserirem, de fato, no Sistema Nacional de Cultura.

A Deputada Luzia Ferreira foi autora desse requerimento que deu origem às nossas reuniões para tratar do Sistema Nacional de Cultura e contribuiu muito com esse debate.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Cumprimento o Deputado Elismar Prado, que foi reeleito Presidente da Comissão de Cultura na semana passada. Hoje fizemos a primeira reunião ordinária e amanhã estaremos presentes na reunião com a Ministra Marta Suplicy. Já fizemos no ano passado essa parceria para divulgar os projetos e o Sistema Nacional de Cultura, pois queremos que a cultura seja considerada uma política de Estado em rede, que una os Municípios, o Estado e a União, como já acontece com a educação e a saúde. Que seja dada relevância à cultura que trata da nossa identidade como povo, como Nação, como Município. É aquilo que cuida da nossa alma, e não pode ficar como praxe no nosso país, recebendo orçamentos pequeníssimos, a maioria de 0,5%. É raro vermos um Município ou um ente da Federação que gaste 1% do orçamento que executa, seja no Ministério, na Secretaria ou em cada Município com a cultura. Esse debate é importante.

Aproveito para dizer que há uma discussão grande no setor cultural de Minas Gerais sobre o projeto de lei que está tramitando nesta Casa, que altera a Lei de Incentivo à Cultura, com o objetivo de facilitar a captação de recursos pelos agentes culturais por meio dessa lei. Isso não só na Capital, mas fundamentalmente no interior do Estado, para os pequenos espetáculos, aqueles que não têm visibilidade e, portanto, têm dificuldade de serem viabilizados, por conta própria ou por meio de patrocínio. Aprovamos hoje um requerimento para fazer uma audiência pública no dia 20 deste mês, para dar voz a todos os segmentos, ouvir as ponderações e podermos prosseguir. Espero que até o início de abril esse projeto esteja no Plenário para o apreciarmos em 1º e 2º turnos. É um grande anseio do segmento cultural de Minas Gerais essa alteração da lei. Espero de V. Exa., que está muito sensível e apoiando o projeto, e dos nossos colegas Deputados, que possam acelerar a tramitação desse projeto. Muito obrigada.

O Deputado Elismar Prado* - Obrigado, Deputada Luzia Ferreira, nossa Vice-Presidente da Comissão de Cultura. Quero reafirmar que, com relação a esse projeto que trata da Lei de Incentivo à Cultura, do qual sou relator, faremos audiência pública no próximo dia 20, durante a nossa reunião ordinária nesta Casa. A nossa intenção é diminuir de 20% para 5% o percentual de contrapartida das empresas, para que possamos aumentar o acesso dos produtores culturais e da população às políticas de cultura, principalmente interiorizando essa discussão. Os recursos são muito centralizados, e precisamos ampliar o acesso de toda a população aos bens culturais.

Faremos essa discussão. Creio que há consenso em relação ao projeto como um todo, e há algumas divergências em relação ao mérito. Vamos discutir com todos os segmentos do setor cultural de Minas Gerais. Eles contribuirão com esse processo, para podermos acelerá-lo e aprová-lo na comissão. Contamos com o apoio de todos os pares desta Casa para aprovarmos essa matéria, convertê-la em lei e aperfeiçoar a nossa Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Assim, realmente os produtores culturais poderão não apenas aprovar os seus projetos, mas também captar e obter recursos para que esses projetos sejam executados.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Obrigado, Deputado Elismar. Quero parabenizar V. Exa por ser um defensor da cultura e do turismo.



Eu não poderia, Deputado Elismar Prado, deixar de registrar que hoje Diamantina celebra 175 anos de emancipação política. Gostaria de parabenizar essa cidade, que está em festa, comemorando os seus 175 anos de emancipação política. Apenas queria deixar esse registro. Obrigado.

O Deputado Elismar Prado* - Obrigado, Deputado Célio Moreira.

Para finalizar, Sr. Presidente, a outra questão é que estaremos com a Ministra Marta Suplicy amanhã, em um encontro denominado Fórum Mineiro de Políticas Estruturais. Por meio da nossa parceria teremos a representação regional do Ministério da Cultura. A Cesária representa o Ministério da Cultura aqui em Minas Gerais. Já fizemos a nossa parceria com o Ministério da Cultura para realizarmos audiências públicas. Nesse aspecto, temos um outro apoio fundamental que nos ajuda muito no debate do Sistema Nacional de Cultura aqui em Minas Gerais, que é o dos consultores da Unesco. O Ministério da Cultura tem parceria com a Unesco, entidade ligada à ONU, e esses consultores nos ajudam a realizar as palestras e oficinas com gestores culturais, no intuito de nos orientar sobre os procedimentos a serem adotados para que os Municípios possam, de fato, ser inseridos no Sistema Nacional de Cultura.

Outra questão importante é discutir agora a regulamentação do vale-cultura. A partir do segundo semestre deste ano iniciaremos a regulamentação do vale-cultura. Isso será fundamental. Cada trabalhador em regime de CLT terá o cartão. Será uma adesão voluntária dos trabalhadores e das empresas para que eles possam receber o vale-cultura. O vale-cultura será utilizado para que a população tenha acesso aos bens culturais. Por exemplo: a pessoa poderá comprar um livro ou uma revista, assistir a uma peça teatral, ir ao cinema e até mesmo pagar TV por assinatura com o vale-cultura. Dessa forma, vamos transformar a cultura em um direito, bem como todos os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição. É fundamental a discussão do vale-cultura. Faremos um esforço muito grande em Minas Gerais para que todos os Municípios, de fato, implementem essa política. Esperamos beneficiar milhares e milhares de trabalhadores e trabalhadoras com o vale-cultura, que dará mensalmente direito a R\$50,00, por meio de um cartão magnético, que poderá ser cumulativo. Assim, o trabalhador ou a trabalhadora poderão utilizar esse recurso para terem acesso aos bens culturais, às atividades e às promoções ligadas à cultura. Creio que isso é um avanço muito grande, e a Comissão de Cultura estará presente em todo esse processo, em todo esse debate.

Sr. Presidente, o tempo é curto, mas queria novamente insistir no tema que envolve a revisão tarifária da Cemig, do terceiro ciclo. Tivemos aqui ontem em Belo Horizonte reunião com a Aneel. Está sob consulta pública a proposta do relator, Sr. Edvaldo Santana. Infelizmente, ele acata um pedido da Cemig de aumento de 11% da conta de luz para os consumidores de baixa tensão. Isso vai impactar um percentual de 9% na conta de luz dos consumidores residenciais. Fizemos todo enfrentamento e discordamos do posicionamento apresentado pela Aneel e pelos defensores da Cemig, que, simplesmente, estão defendendo os interesses econômicos dos acionistas estrangeiros, que não têm nenhum compromisso com o nosso povo. Isso é lamentável e vai na contramão do que foi anunciado pela Presidenta Dilma. Já é lei a redução de 18% na conta de luz em Minas Gerais. Faremos esse embate na próxima reunião da Aneel, que será em Brasília, em que se decidirá realmente a questão da conta de luz nesse próximo ciclo de revisão tarifária, para que possamos diminuir esse impacto e para que, de fato, a população mineira tenha uma conta de luz mais barata. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, primeiramente quero fazer coro com o nobre Deputado João Vítor Xavier, que neste Plenário cobrou a importância de se discutir o andamento das obras do BRT em Belo Horizonte.

Na Câmara Municipal, o recém-eleito Vereador Pedro Patrus entrou com um requerimento, a partir de reportagens da nossa imprensa mineira, sobre a morosidade das obras. Infelizmente, parece-me que o requerimento na Câmara Municipal foi derrotado, suspenso, não teve o encaminhamento necessário. Mas, como a obra do BRT diz respeito à Capital mineira, à Copa do Mundo, à mobilidade urbana metropolitana, nada mais justo que nós, da Assembleia Legislativa, da Casa do povo mineiro, façamos esse debate.

Ressalto que a Assembleia Legislativa, com uma grande presença de Deputados Estaduais com base eleitoral em Belo Horizonte, tem essa obrigação. Acredito que a prerrogativa é da Câmara Municipal, mas, se a Câmara Municipal de Belo Horizonte, que respeito muito - temos vários amigos e amigas eleitos, todos legítimos representantes do povo de Belo Horizonte -, talvez por maior ascendência do governo, não tiver condições políticas de cumprir o seu papel, cabe a esta Casa zelar pelos interesses da população belo-horizontina, afinal ela é mineira.

Portanto, antes de entrar no assunto que me traz a esta tribuna, quero externar meu total apoio ao posicionamento do Deputado João Vítor Xavier. Esperamos que a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa aprove esse requerimento. Caso não o aprove, coloco à disposição a Comissão de Participação Popular, que está sempre atenta aos temas relevantes que afligem o cidadão mineiro. Esse tema é da maior importância e é objeto de preocupação do Presidente desta Casa, que abriu um grande evento sobre mobilidade urbana em Belo Horizonte e Minas Gerais.

Esclareço que não estamos aqui para criticar, elogiar ou fazer pré-julgamento da Prefeitura em relação a essa discussão do BRT. O Prefeito é recém-reeleito, e nós o respeitamos. Mas, se há morosidade nas obras que impactarão a Copa do Mundo, a vida do cidadão mineiro, é muito importante que a Câmara Municipal e a Assembleia Legislativa tomem providências. Hoje, por exemplo, foi discutida aqui a questão do Minas Arena, do Mineirão.

Na hora, não polemizei, atendendo também ao pedido do Deputado Lafayette de Andrada, porque o mais importante era apoiar e aprovar o projeto que tratava de um empréstimo de R\$2.400.000.000,00, junto ao governo Dilma, para tirar o Programa Caminhos de Minas do papel e finalmente tenhamos o asfalto no trecho de Ijicatu, no Município de José Gonçalves de Minas, a Virgem da Lapa, assim como nos trechos de Novo Cruzeiro a Araçuaí, Virgem da Lapa a Coronel Murta, Pavão a Carlos Chagas, Umburatiba, passando por Vila Gabriel Passos até Nanuque, e tantos outros. O projeto é muito importante. E eu nem polemizei com o Deputado da base de governo quando disse que esses pequenos problemas são normais. Ora, se temos um estádio de futebol para recepcionar um espetáculo de futebol e 8 mil pessoas querem comprar ingresso e não há condições, não creio que esse seja um pequeno problema.



Um pequeno problema pode ser o seu time perder, o juiz apitar mal, mas venda de ingresso? Temos a Minas Arena, e o torcedor não consegue comprar o ingresso. Ouvi relatos de famílias que vieram do interior e não conseguiram comprar o ingresso. Dizem que só faltou água. Deputado Rogério, nós, que somos frequentadores dos campos de futebol, sabemos o que é ficar sem água para beber com aquele sol escaldante por 3 ou 4 horas.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Eu estava lá naquele dia.

O Deputado André Quintão* - Eu também estava lá no jogo do Atlético e Cruzeiro. Esse não é um pequeno problema, é a falência, o fracasso dessa PPP.

Antes de conceder aparte ao Deputado Rogério Correia, quero dizer ao Deputado João Vítor Xavier que me solidarizo com a sua iniciativa, até porque, independentemente de ser da base do governo municipal ou estadual, V. Exa. conhece os esportes, é um militante da área, sabe dos dramas da mobilidade urbana e da importância do BRT. É responsabilidade sim! Daqui a pouco, dirão: "A Assembleia Legislativa está querendo dar palpite em assuntos da Câmara Municipal, a Assembleia Legislativa não tem de entrar nessas questões". Respeito os Vereadores e as Vereadoras da Câmara Municipal, inclusive aqueles da Mesa, tenho grandes amigos naquela Casa onde tive a honra de ser Vereador por dois mandatos. Acho que temos de estabelecer parcerias com a Câmara. Existem alguns assuntos que são metropolitanos, de dimensão estadual. A mobilidade urbana do cidadão mineiro, do cidadão metropolitano e belo-horizontino diz respeito a esta Casa. Numa reflexão, até pela qualidade política desta Assembleia, que está muito atenta aos problemas da Capital, vimos que não adianta breçar discussões públicas na Câmara, porque, se isso ocorrer, automaticamente elas virão para a Assembleia Legislativa.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Parabéns, nobre Deputado, pelo discurso e pelo esforço no combate à extrema pobreza. Sabemos que V. Exa. percorre Minas Gerais inteira resolvendo os interesses da população, em especial a mais carente.

Gostaria de externar nossa felicidade ao aprovarmos, ontem à noite, em 2º turno, nesta Casa, o Projeto de Lei nº 2.197, de nossa autoria, que tramita na Assembleia desde 2011. Nesta semana, comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

É um projeto que vai beneficiar milhares de mulheres no Estado de Minas Gerais, garantindo a elas o acesso à mamografia e ao exame de prevenção do câncer de colo uterino nas unidades móveis oncológicas.

Hoje estudos demonstram que 50% das mulheres - não só as mineiras, mas também as brasileiras - não têm acesso a um simples exame, que é o principal aliado no diagnóstico inicial do câncer de mama. Essa doença acomete quase 5 mil mulheres por ano. Atualmente, no Brasil, cerca de 70% dessas mulheres perdem a vida em menos de 5 anos, porque o diagnóstico está sendo feito tardiamente. Porém, por meio dessas unidades móveis, garantiremos o acesso à principal ferramenta de redução da mortalidade por câncer no Estado de Minas Gerais. As unidades móveis oncológicas irão percorrer Municípios estratégicos levando atendimento, sem filas enormes, a todas essas mulheres e também aos homens, que precisam prevenir o câncer de próstata. Hoje essas famílias enfrentam filas simplesmente para pegar um pedido de exame; depois pegam novamente para a realização desses exames - muitas vezes, os exames vêm com laudos inadequados.

Nesta semana vamos comemorar o Dia Internacional da Mulher, e aproveito a ocasião para dizer que essas unidades móveis irão trazer mais qualidade de vida, mais felicidade e mais liberdade para todas as mulheres mineiras. Muito obrigado, Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Deputado Doutor Wilson Batista, gostaria de parabenizá-lo. Mais do que palavras, a melhor forma de um poder público, de uma instituição homenagear alguns segmentos é com ação prática, como o fez V. Exa., com a apresentação, nesta Casa, de matéria que tivemos a oportunidade de aprovar. De fato, hoje essa realidade precisa ser enfrentada com criatividade, em um primeiro momento, de maneira universal, em todos os Municípios, com um projeto dessa natureza, que certamente vai aliviar, prevenir ou diagnosticar o problema com antecedência. Sabemos - principalmente V. Exa., que é da área - que uma prevenção no tempo adequado facilita muito, e a perspectiva de recuperação é muito maior. Parabéns, Doutor Wilson Batista.

Gostaria de registrar a presença do nosso nobre amigo Deputado Agostinho Patrus Filho, Secretário de Turismo do Estado de Minas Gerais, que, recentemente, colocou o nosso Estado na rota da gastronomia mundial, no importante evento Madri Fusión. Já cumprimentei o Deputado pessoalmente, mas queria fazê-lo desta tribuna, porque, no meu entendimento, a gastronomia é um dos vetores que colocam Minas no cenário nacional e internacional, estimulando o turismo. Se observarmos as regiões de Minas, veremos que cada uma delas tem uma vocação e um potencial importante. Temos pessoas vocacionadas, preparadas, e as redes e instituições acadêmicas estão investindo muito nisso. São realizados festivais em Tiradentes, Belo Horizonte, Sabará e em tantos outros lugares, mas o poder público sequer tem conhecimento disso. Cada cidade tem a sua vocação. Sem dúvida, o trabalho do Secretário Agostinho Patrus Filho de colocar Minas nesse momento da pré-Copa das Confederações e da pré-Copa do Mundo é da mais alta importância. Queria cumprimentá-lo, porque muitas vezes a gastronomia não é entendida como um potencial econômico de Minas Gerais. Quem conhece Minas, vinculando a gastronomia à agricultura familiar, com a potencialidade de cada microrregião, sabe que isso pode ser um dos elementos constitutivos da diversificação da economia mineira.

Portanto, Deputado Agostinho Patrus Filho, além da nossa amizade, gostaria de fazer esse registro de política pública. Sou um Deputado da Oposição, mas acompanhei todo o processo e sei que o governo de Minas investiu para conquistar aquele espaço com competência. Foi um evento que, de fato, reafirmou essa potencialidade de Minas. Cada um de nós, Deputados e Deputadas que militam nas regiões de Minas, tem o dever de identificar essas vocações e ajudá-lo nessa divulgação.

O meu tempo está se esgotando. Na verdade, hoje subi à tribuna para fazer um balanço das audiências de prestação de contas no Vale do Rio Doce, mas terei de fazê-lo em outra oportunidade. Rapidamente abordarei duas demandas que foram apresentadas com muita força, as quais gostaria de deixar como dever de casa para nós, Deputado Hely Tarquínio.

Primeiro, implantação de telefonia celular nos distritos de Minas Gerais. A telefonia celular hoje virou quase que um bem constitutivo do conforto diário do cidadão e das necessidades de direitos sociais, da saúde, do emprego. É fundamental insistirmos com o governo do Estado para agilizar a implantação da telefonia celular nos distritos. Essa é uma prioridade absoluta. Muita gente



que está nos ouvindo pode se perguntar para que isso. O telefone celular, às vezes, salva a vida de uma pessoa que está em situação de emergência num distrito.

Segunda grande demanda que apareceu no Rio Doce e é comum a todas as regiões: o transporte universitário. Ampliamos os Ifets e as universidades federais, principalmente as sediadas em cidades-polo. Contudo, muitos jovens pobres de cidades pequenas garantem a vaga, seja pelo ProUni, seja pelo Enem, mas não têm condição de se deslocar. A Prefeitura não pode usar o recurso federal do Fundeb e não tem recurso próprio. O jovem tem a vaga, mas a perde por falta de condição de deslocamento.

Essas duas iniciativas muito concretas vinculadas à vida do povo - telefonia celular nos distritos e transporte universitário – foram grandes demandas na audiência do Rio Doce. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Deputado Hely Tarquínio, Presidente, nobres Deputadas e Deputados, antes de entrar no assunto de Belo Horizonte, que também queria abordar hoje, até para fazer eco ao que os Deputados André Quintão e João Vítor Xavier expuseram aqui, queria fazer um elogio e um agradecimento ao Governador Antonio Anastasia. O Governador, no dia 7 de janeiro deste ano, sancionou uma lei de minha autoria, aprovada aqui na Assembleia Legislativa por unanimidade, que julgo muito importante, porque ajudará muito os setores que precisam na sociedade mineira.

O projeto de minha autoria previa – e agora é lei, assinada pelo Governador Anastasia – que os pequenos produtores adquirissem terra por meio do crédito fundiário, programa do governo federal em que o Banco do Brasil e Banco do Nordeste - aqui em Minas a maioria usa o Banco do Brasil, mas no Norte de Minas e no Jequitinhonha, o Banco do Nordeste - financiam terra para os pequenos produtores. O banco compra a terra a preço de mercado dos fazendeiros e a repassa aos pequenos produtores ou trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, que, ao longo de 10, 15 anos, fazem o pagamento do crédito fundiário, subsidiado com juros, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que chega a 1%, 2% ao ano. Se for pago em dia, eles terão até um desconto - então, vira juro negativo. É um projeto muito bom.

Estive recentemente na terra de minha família, que é de São João do Manhuaçu – o Tião também é daquela região. Quando eu era delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, fizemos um Programa de Crédito Fundiário lá. Dezoito famílias adquiriram terra. Nesse fim de semana fiz uma visita a esse assentamento. É uma beleza. Eles já plantam café - que é a principal lavoura da região, assim como na terra do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, no Sul -, milho, mandioca, banana. Há também até uma produção de peixe - eles têm um lago a partir do qual fizeram alguns açudes. São 18 famílias que vivem muito bem nessa terra, e foi por meio do crédito fundiário.

Ele me disse que os custos cartoriais para essas 18 famílias ficaram em torno de R\$90.000,00, quantia que poderia ser investida em suas terras: para fazer cercas, comprar gado, enfim, custear aquilo de que precisem. Com base nisso, apresentei um projeto de lei, que o Governador Antonio Anastasia sancionou no dia 7 de janeiro e já é lei, isentando de custos cartoriais todos os que adquirem a terra por meio do crédito fundiário. Portanto, quero parabenizar o Governador Anastasia, agradecendo a sanção ao projeto, e comunicar aos agricultores familiares essa vitória, que é um compromisso que assumi com eles durante a campanha. Em resumo, custos cartoriais já não existem para o Programa de Crédito Fundiário.

Vejo que o Deputado João Vítor Xavier, cujo nome mencionei ao me referir à questão do BRT, quer me apartear.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Pode ficar à vontade, Deputado. Acho que V. Exa. vai tocar nesse assunto e, depois, se for possível, gostaria de apartear-lo.

O Deputado Rogério Correia* – Certo. Queria apenas parabenizar V. Exa. e o Deputado André Quintão, que também abordou esse assunto, que de fato nos preocupa. Como tinha dito a V. Exa., apresentei requerimento semelhante ao de V. Exa. para a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Municipais. Escolhi essa Comissão porque acho que a questão do BRT não diz respeito só a Belo Horizonte, mas a todo o Votorum da região metropolitana, porque interessa, evidentemente, a quem vem de Santa Luzia, Ribeirão das Neves ou mesmo de Municípios mais distantes, como Pedro Leopoldo, Vespasiano...

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – São José da Lapa.

O Deputado Rogério Correia* – Sim, da minha querida São José da Lapa – aproveito para mandar um abraço para o Prefeito Quido, do PT, de quem gosto muito.

O fato é que é um assunto regional, e, com a aprovação da Comissão de Transporte, vamos acompanhar a questão. Até porque o problema do BRT em Belo Horizonte já virou até piada na cidade: dizem que o BRT que funciona é o do Atlético – Bernard, Ronaldinho e Tardelli. Esse é o nosso único BRT que é rápido, ligeiro e que funciona. Os outros BRTs que temos em Belo Horizonte estão parados, e há uma cobrança real da sociedade sobre isso.

Concedo aparte ao nobre Deputado João Vítor Xavier.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Agradeço ao Deputado, na certeza de que nesta Casa podemos somar esforços nesse debate, porque a questão interessa a todos de Belo Horizonte. Fui alertado ontem pela fala do colega Pablito, Vereador do PSDB, sobre a situação caótica do BRT nesta cidade.

Uma das coisas que me preocupa muito nessa questão, Deputado Rogério Correia, é que o BRT está sendo feito na Av. Pedro I, mas tinha de ser feito também na Av. Pedro II, de onde ele foi misteriosamente cortado. Aliás, cortaram o BRT da Av. Pedro II, não fizeram a obra da Praça São Vicente, a UPA da Noroeste não sai. Não consigo entender o que está acontecendo para que as obras da Noroeste - região em que, graças a Deus, sou muito bem votado e que tenho a obrigação de representar -, não aconteçam. Talvez o Prefeito Márcio Lacerda, por algum motivo, ande insatisfeito com alguma coisa na Noroeste. Primeiro, ele dividiu a regional em duas: passou um pedaço da Noroeste para a Pampulha; depois, não realizou as obras na Noroeste. Enfim, acho que a questão do BRT é emblemática por esses dois pontos. O primeiro é a parte que foi retirada da Noroeste, e eu gostaria de entender mais detalhadamente o que levou a Prefeitura de Belo Horizonte a, mais uma vez, virar as costas para a Regional Noroeste. Mas também queria entender o que está acontecendo para que o BRT em Belo Horizonte esteja parado. Qual o motivo para isso? Há algumas coisas nebulosas aí. Gostaria de saber, por exemplo, quais são as empresas que realizam a obra do BRT, até porque há dinheiro público aí – dinheiro da



Caixa Econômica Federal. Além do mais, a obra do BRT faz parte do cronograma da Copa do Mundo em Belo Horizonte. Ou seja, é um projeto que diz respeito ao Município, ao Estado e à União. É um problema de todos nós: da Câmara Municipal de Belo Horizonte, desta Assembleia Legislativa e da Câmara Federal. Acho que todos temos de nos irmanar, porque não podemos passar por esse vexame. Já não vamos ter o BRT para a Copa das Confederações, que está chegando, e, do jeito que anda, não teremos o BRT nem para a Copa do Mundo.

Então, acho que podemos associar o pedido de V. Exa. ao pedido que fiz, aprovado hoje na Comissão de Fiscalização Financeira, de que nos sejam enviados os dados do Tribunal de Contas a respeito dessa obra e de que a Caixa Econômica nos informe todos os valores que já foram passados para o governo municipal. E vamos nos irmanar!

Vamos convidar a Câmara Municipal, o Vereador Pablito, que está preocupado com o assunto. Soube que o Vereador Pedro Patrus tentou apresentar requerimento à Câmara Municipal para tratar disso. Vamos todos unir esforços para debater esse assunto. Uma obra que não vai existir, a da Pedro II; e a outra obra que não sai do papel, por assuntos muito obscuros - não sei ainda quem a está fazendo - que é a Avenida Pedro I.

Muito obrigado pela deferência e oportunidade do aparte.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado João Vítor Xavier. Esse caso de as obras estarem paradas é preocupante, e V. Exa. lembrou bem da obra da região Noroeste. Trata-se de uma região onde tenho maior votação em Belo Horizonte. Além da cobrança do BRT, temos de cobrar a Praça São Vicente, obra do Orçamento Participativo, e a UPA, que não foram feitas. São obras que não saem do papel, na região Noroeste. É realmente estranho o que acontece com essa região, que é importante. Eu fui criado no Carlos Prates, minha família mora lá. Portanto, temos um carinho muito grande pela região Noroeste, além de esta ser a minha maior concentração de votos em Belo Horizonte.

Quero aproveitar também para dizer que há outro requerimento de minha autoria além desse, do BRT, que já foi aprovado na Comissão de Transporte; vou acompanhar o que foi apresentado pelo Deputado João Vítor Xavier. O outro requerimento, Deputados João Vítor Xavier e André Quintão, de minha autoria, diz respeito à Pampulha, e já se encontra na Comissão de Meio Ambiente. Trata-se de um requerimento de realização de audiência pública para debater sobre a questão da Lagoa da Pampulha, outra obra que está parada. Há obras sendo feitas no que concerne à Copasa, com investimento do governo federal, de canalização e esgotamento sanitário, obras estas que estão em andamento. Contagem está fazendo a parte dela relativas a esgotamento sanitário. Mas, quanto à limpeza da Lagoa, não temos visto absolutamente nada, nem o processo de licitação. É outra obra parada em Belo Horizonte. Não entendemos isso. E existem os famosos buracos do metrô que foram feitos em campanha eleitoral. O Délio Malheiros, que era nosso colega Deputado, fez uma denúncia, à época, muito vigorosa - aliás ganhou o Facebook, etc., foi campeã no Google. Disse que esses buracos que estavam sendo feitos na Praça Sete eram só para inglês ver e para o eleitor menos atento votar. Ele fez essa denúncia, e isso de fato se comprovou. Os buraquinhos que fizeram na Praça Sete eram apenas de mentirinha, mesmo. Foi um truque eleitoral. Quem denunciou isso na época foi o Délio Malheiros; e depois ele resolveu virar Vice-Prefeito, mesmo com os buraquinhos de mentira. Essa é outra questão que preocupa, temos de verificar.

Tudo parou. Pararam os buracos - os da cidade não -, mas os buraquinhos do Metrô foram paralisados; a obra da Lagoa da Pampulha paralisou, o BRT paralisou, ou seja, as obras pararam em Belo Horizonte. Está tudo parado. Minas Gerais está toda dominada, em Belo Horizonte está tudo parado. É um negócio que estranhamos. O Brasil vai bem, com certeza. O Brasil anda bem, já abordei isso. O Brasil, de fato, vai bem. Aliás, vamos convidar o povo mineiro para vir aqui para ofertarmos o Título de Cidadão Honorário ao Lula, marcado para o dia 17 de abril.

O Deputado André Quintão lembra que as árvores estão morrendo, que não há controle dos bichinhos, das pragas nas árvores. Belo Horizonte está uma beleza - retifico a data da homenagem ao Lula: será no dia 15 de abril, e nós convidamos os mineiros para virem aqui ofertar o título ao Lula.

Sr. Presidente, quero ressaltar a importância do requerimento aprovado pelo Deputado João Vítor Xavier, porque é realmente uma situação preocupante essa questão do BRT, que tem a ver com a Copa das Confederações, com a Copa do Mundo. Houve substituição, outras possibilidades foram apresentadas, e, com isso, creio que enfraqueceu o metrô, mas foi opção da própria Prefeitura. Porém realmente estranhamos a paralisação desse procedimento aqui em Belo Horizonte.

Eram essas as questões que eu queria reforçar. E agradecer aos Deputados. Como está sendo perguntado pelos Deputados da base do Governo, que estão interessados, lembro que o título oferecido ao Lula será no dia 15 de abril, quando ele receberá o título de Cidadão Honorário. Entre tantas coisas, o que o Lula fez para Minas é sabido, é público, mas os governos de Lula e Dilma estão sendo conhecidos como a década da inclusão social, em que os pobres estão sendo incluídos na sociedade. Isso valeu também para Minas Gerais. E nós, quando o Lula vier, faremos uma belíssima homenagem a ele, vamos agradecer por tudo que fez por Minas Gerais, e vamos transformar o nosso eterno Presidente num cidadão mineiro. Já pensou o Lula mineiro? Vai ficar impossível. Um grande abraço.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/2/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:



Gabinete do Deputado Anselmo José Domingos

exonerando John Wercollis de Moraes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
exonerando Sirlene das Dores de Lima do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;
exonerando Wender de Oliveira Machado do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
nomeando Edson José de Sousa para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando John Wercollis de Moraes para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;
nomeando Sirlene das Dores de Lima para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;
nomeando Vicente de Paulo Mateus para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;
nomeando Wender de Oliveira Machado para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Gabinete do Deputado Cabo Júlio

nomeando Cleber Ignus dos Santos para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz

exonerando Janser Silva Batista do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Pedro Paulo Maciel Lopes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.
Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:
exonerando Ruth Maria Sampaio Sobreiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;
nomeando Rogério Almeida Antunes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria.
Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.195, de 4/7/00, e 5.310, de 21/12/07, e da Lei nº 15.014, de 15/1/04, assinou o seguinte ato:
exonerando, a pedido, João Francisco Barbosa Neto do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Policial Legislativo Masculino, classe I, padrão VL-31, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2010

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 67/2010

Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação. Pregoeira vencedora: Artebrilho Multiserviços Ltda.

Belo Horizonte, 11 de março de 2013.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.